

DIOGO MALAN
FLÁVIO MIRZA
Coordenadores



ADVOCACIA CRIMINAL. DIREITO DE DEFESA, ÉTICA E PRERROGATIVAS

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by Diogo Malan e Flávio Mirza

Categoria: Processo Penal e Ética Profissional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A244

Advocacia criminal : direito de defesa, ética e prerrogativas /
Diogo Malan, Flávio Mirza, coordenadores. — Rio de Janeiro:
Lumen Juris, 2014. 393 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8440-039-3

1. Advocacia - Brasil. 2. Advogados – Estatuto legal, leis, etc - Brasil.
3. Ordens dos advogados – Brasil. 4. Ética jurídica - Brasil.
- I. Malan, Diogo. II. Mirza, Flávio.

CDD 340.02381

Sumário

Inconstitucionalidade das Restrições ao Habeas Corpus	3
A inviolabilidade das comunicações telefônicas e de dados entre Advogado e cliente	35
O Papel do Defensor na Ditadura Militar Brasileira	58
<i>Criminal Compliance:</i>	
Instrumento de direito comparado útil e legítimo de proteção corporativa no Direito brasileiro	77
Reflexões sobre a investigação defensiva:	
Possível renovação da influência italiana pós “Código Rocco” sobre a <i>indagine difensiva</i>	96
Direito ao tempo e aos meios necessários para a preparação da defesa técnica	121
(Um Pouco da) História da Advocacia Criminal: A Atuação Perante o Supremo Tribunal de Justiça do Império	142
Honorários advocatícios e lavagem de dinheiro	160
(Ainda Sobre) O Exercício da Advocacia e a Lavagem de Capitais:	
Dever de reportar operações suspeitas e intervenção do advogado em operações de lavagem	181
A equidistância da Acusação e Defesa em relação ao Juiz como Garantia da Paridade de Armas no Processo Penal:	
O poder Simbólico da Posição das Partes na Mobília Judiciária	208
Acesso do advogado aos dados da investigação	230
Poder Punitivo e Autoritarismo	247
A advocacia criminal frente às súmulas vinculantes	266
A paridade de armas e o camaleão processual	278
A Nova Dimensão do Confisco de Bens Oriundos da Criminalidade	
Reditícia e a Atuação Defensiva à Luz do Estatuto da Advocacia	301
A advocacia criminal perante as Comissões Parlamentares de Inquérito	330